



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

CENTRO DE EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES

CURSO DE LETRAS LÍNGUA PORTUGUESA

EDILEUSA VERÔNICA DA COSTA

**POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E UNIFICAÇÃO ORTOGRÁFICA DA LÍNGUA
PORTUGUESA**

Campina Grande – PB

2017

EDILEUSA VERÔNICA DA COSTA

**POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E UNIFICAÇÃO ORTOGRÁFICA DA LÍNGUA
PORTUGUES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Estadual da Paraíba como requisito parcial à obtenção do grau de licenciado em Letras Português.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Soares da Silva.

Campina Grande – PB

2017

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C837p Costa, Edileusa Verônica da.
Políticas linguísticas e unificação ortográfica da língua portuguesa [manuscrito] / Edileusa Verônica da Costa. - 2017.
29 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Português) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2018.

"Orientação : Prof. Dr. Ricardo Soares, Coordenação do Curso de Letras - CEDUC."

1. Políticas linguísticas brasileiras. 2. Simplificação ortográfica. 3. Prestígio internacional .

21. ed. CDD 410

EDILEUSA VERÔNICA DA COSTA

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E UNIFICAÇÃO ORTOGRÁFICA DA LÍNGUA
PORTUGUESA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Estadual da Paraíba como requisito
parcial à obtenção do grau licenciado em Letras
Português.

Aprovada em: 12/12/17 Média: 8,5

BANCA EXAMINADORA

Ricardo Soares da Silva nota: 8,5

Prof. Dr. Ricardo Soares da Silva - (Orientador)

Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

Ranieri M. D. Melo nota: 8,5

Prof. Me. Ranieri Melo

Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

Manassés Moraes Xavier nota: 8,5

Prof. Me. Manassés Moraes Xavier

Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

Campina Grande – PB

2017

AGRADECIMENTOS

A Deus, porque dEle e por Ele, e para Ele, são todas as coisas. Romanos 11:36

À minha família, por ser minha estrutura imprescindível e única; meus pais, Lourdes e Sebastião, pois sem eles não estaria aqui. Ao meu orientador, Ricardo Soares da Silva, por ter me despertado maior interesse pelas raízes de nosso idioma, conduzindo-me a este estudo; por seu exemplo de profissional e pessoa; por ter em meio a tantos compromissos me aceitado como sua orientanda.

A todos os professores que se dedicaram e contribuíram decisivamente para minha formação ao longo do curso, alguns que tive mais proximidade, mas de uma maneira geral, a todos que tive contato ao longo do curso. Alguns são para mim um verdadeiro exemplo que trarei comigo sempre. Aos amigos e companheiros de turma, que irão ficar no meu coração por toda a vida como lembrança de um tempo, que apesar de tantos desafios, valeu a pena.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram com o meu amadurecimento pessoal e profissional.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	06
1 HISTÓRIA DA ORTOGRAFIA DA LÍNGUA PORTUGUESA.....	09
1.1 O Período Fonético.....	10
1.2 O Período Pseudo Etimológico.....	10
1.3 O Período Simplificado.....	12
2 BREVE HISTÓRICO DOS ACORDOS ORTOGRÁFICOS DA LÍNGUA PORTUGUESA.....	14
2.1 O Brasil ficou de fora na Primeira Reforma da Língua Portuguesa.....	16
2.1.1 As influências na Língua Portuguesa: a língua indígena e africana convivendo com o Português.....	17
3 PENSANDO AS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS NO BRASIL.....	18
3.1 Políticas de Línguas: são escolhas e intervenções do Estado.....	20
3.2 Gramatização Brasileira: a descolonização linguística e da autoria.....	21
3.3 O Multilinguismo Brasileiro.....	23
4 FUNDAMENTAÇÃO PARA O NOVO ACORDO DE LÍNGUA PORTUGUESA.....	24
5 A LÍNGUA PORTUGUESA NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO: MEMBRO DA UNIÃO EUROPEIA.....	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
REFERÊNCIAS.....	29

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E UNIFICAÇÃO ORTOGRÁFICA DA LÍNGUA PORTUGUESA

COSTA, Edileusa Verônica da*

Resumo: O objetivo deste trabalho é contribuir à compreensão dos usuários da Língua Portuguesa acerca dos processos que envolvem as Políticas Linguísticas no Brasil, como também dos Acordos Ortográficos ao longo da História. Analisamos os motivos que fomentaram tais Acordos Ortográficos entre Brasil e Portugal que, conseqüentemente, renunciavam a “Unificação Ortográfica” entre os dois países. Para que se tenha uma compreensão dos motivos, é necessário conhecer a origem de nosso idioma, como também, a história Ortográfica da Língua Portuguesa, e, ainda, se a língua portuguesa, apesar do contato com várias línguas indígenas, africanas entre outras, as quais resultaram na diversidade linguística do Brasil, sempre foi hegemônica desde sua introdução em solo brasileiro. Buscamos identificar os interesses por trás das Políticas Linguísticas respeitantes à Língua Portuguesa e os motivos pelos quais o Brasil não ratificou outros Acordos Ortográficos anteriores, evidenciando quais os motivos de tais modificações na ortografia gerarem tanta polêmica a ponto de malograrem. Mas, a partir da ideia de Globalização e diante da existência oficial das duas ortografias, que em muitos aspectos não coincidem, houve a necessidade de unificação ortográfica, contribuindo, sobremaneira, para o prestígio internacional da língua, além de viabilizar a circulação de materiais textuais de ordem variada e, também, a disseminação do idioma para o mundo. Esta pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender os processos envolvendo as mudanças na escrita, concatenadas às ideologias presentes nas Políticas Linguísticas e, até que ponto a Unificação da Língua Portuguesa pode ser benéfica ou não para a população falante do idioma. O método utilizado nesta pesquisa foi o bibliográfico. Os resultados encontrados sugerem mais atenção por parte das políticas públicas à heterogeneidade linguística do país. Desse modo, pode-se amenizar as ilhas sociais existentes no Brasil. Tomamos alguns trabalhos de estudiosos: livros, revista e artigo, como fonte de nossa pesquisa e instrumento primário para a análise e, conseqüentemente, para a coleta de dados, dentre os quais: as obras de Bechara (2008), Coutinho (1971), Marini (2004), Orlandi (2007), Silva (2014) e Ritondale (2012).

Palavras - chave: Políticas linguísticas brasileiras. Simplificação ortográfica. Prestígio internacional da Língua Portuguesa.

Introdução

O interesse pelo *Novo Acordo Ortográfico, Políticas Linguísticas e Unificação Ortográfica da Língua Portuguesa* surgiu com o objetivo de discutir algumas questões que envolveram, e ainda envolvem, o processo de adesão aos Acordos Ortográficos da Língua Portuguesa, no tocante ao “Novo Acordo Ortográfico” estabelecido entre Brasil e Portugal, envolvendo “Políticas Linguísticas”. É oportuno destacar que nos interessa basicamente evidenciar: “As questões que circundam os acordos da ortografia portuguesa e as tentativas de unificação, como também, a ocorrência de mudanças gráficas de nosso idioma, que não é recente” (SILVA, 2014, p. 12).

*Aluna de Graduação em Licenciatura Plena em Letras Português na Universidade Estadual da Paraíba – campus I. E-mail: edy_jcosta@hotmail.com

Os objetivos de nossa pesquisa são: discutir sobre as noções de políticas linguísticas e unificação da Língua Portuguesa, focalizando sua dicotomia e destacar as questões / embates que circundam os acordos da ortografia portuguesa, enfatizando o acordo aprovado pelo Brasil em 2008. Tendo em vista que a unificação ortográfica nem sempre é benéfica à riqueza das diferenças culturais, partimos da hipótese que ela é pensada a partir do grande mercado editorial; esta é uma preocupação que recai sobre o domínio econômico, passando ao largo de considerar os aspectos culturais. No entanto, para determinadas necessidades do sistema linguístico, em que a língua é pensada enquanto sistema/patrimônio, a unificação é benéfica. Em contrapartida, as ideologias presentes nas Políticas Linguísticas desconstruem questões culturais e regionais, que foram construídas ao longo do processo histórico de nossa língua e, agora, são categoricamente desfavorecidas por estas ações. Vale salientar que não houve aceitação por todos os utentes do idioma, por haver dificuldades em se adequarem à nova escrita ou por entenderem que os problemas linguísticos entre Brasil e Portugal não serão esgotados nesse pacto pretensamente lusófono

Entende-se que as questões que envolvem a *Política Linguística* e a *Unificação Ortográfica da Língua Portuguesa* trazem um componente discursivo que pretende a Universalização do Direito à Língua com base em sua unificação linguística. No entanto, em prática, o que se percebe são os interesses que, ao invés de garantir direitos aos indivíduos em sua diversidade, proporcionam as exclusões, os apagamentos, o isolamento social e o desenraizamento identitário.

O corpus desta pesquisa constitui-se de obras e autores que contribuíram para os estudos linguísticos voltados à matéria em questão, às ideias linguísticas no Brasil, às suas políticas e bases históricas do próprio idioma. Nossa pesquisa é de cunho bibliográfico. Os resultados encontrados sugerem mais atenção por parte das políticas públicas à heterogeneidade linguística do Brasil. Desse modo, pode-se amenizar as ilhas sociais existentes no país, que de acordo com Orlandi (2007) é o Estado, através das políticas públicas, o qual tem o poder de manipulação e intervenções sobre a língua escrita. Assim, a análise considera as questões que envolvem as intervenções ortográficas da língua, argumentos e contra-argumentos, demonstrando, com isso, novas formas de divulgação do idioma português para o mundo. O intuito é o de promover melhor compreensão para os usuários da língua portuguesa acerca de tais problemáticas. Para fundamentar a análise, tomamos alguns estudiosos, dentre os quais, destacamos Coutinho (1971) e Orlandi (2007),

em seus estudos amplamente requisitados, como fonte de pesquisa e instrumento primário para a análise e, conseqüentemente, para a coleta de dados.

Durante o século XX, verificam-se embates e disputas acerca da Língua Portuguesa no tocante à ortografia e suas tentativas de unificação. De acordo com Silva (2014, pp. 12-16), a questão ortográfica, em discussão, suscitou discussões contrárias à elaboração da unificação, podendo ser citado como exemplos – “o crítico paraense José Veríssimo, que entendia a situação do idioma brasileiro como sendo uma ‘anarquia ortográfica’, reiterado por Mário de Andrade, escritor e crítico brasileiro, que considerava uma verdadeira desordem mental para os brasileiros, as questões envolvendo a ortografia”. Tais dissonâncias ocorreram até a vigência do “Novo Acordo de Língua Portuguesa”. Reaprender a língua ou adaptar-se às novas regras da língua portuguesa, tornou-se um imperativo assistido pela iminente implantação da Nova Ortografia, pois ter que desconstruir o que fora aprendido na escola não tem sido nada fácil. A incorporação de novas regras requer desvaler-se de muitos conceitos ortográficos já internalizados e incorporados ao uso comum de milhões de utentes da língua.

Esta pesquisa, enfim, compõe-se de cinco tópicos. No primeiro, “História da Ortografia da Língua Portuguesa”, destaca-se, especialmente, uma pequena parte da história da Língua Portuguesa, no intuito de se obter melhor compreensão dos fenômenos que envolvem as políticas linguísticas, para a compreensão do conceito de “unificação ortográfica”, que se manifesta desde a disseminação da escrita em documentos lavrados em idioma nacional até os dias vigentes.

No segundo tópico, “Um breve histórico dos Acordos Ortográficos da Língua portuguesa”, busca-se os aspectos que motivaram os Acordos Ortográficos da Língua Portuguesa e, também, aqueles que levaram o Brasil a declinar de outros acordos não menos ideológicos, tendo, com isso, ficado fora de outros.

No terceiro tópico, “Pensando as Políticas Linguísticas no Brasil”, nota-se que há Ideologia por trás dessas ações voltadas para a promoção do discurso de *unidade linguística*, pactuado entre as ex-colônias portuguesas e Portugal.

No quarto tópico, “Fundamentação Para o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa”, analisa-se, à luz da pesquisa de estudiosos da área, problematizando os conceitos, as abordagens e as polêmicas que circundam em processos.

Por fim, o quinto tópico, “A Língua Portuguesa na Era da Globalização: Membro da União Europeia”, trata de uma reflexão acerca das mudanças exigidas, no plano geopolítico global, impostas à língua portuguesa, para pertencer ao seletivo grupo do bloco

da União Europeia (UE), entre as quais, destaca-se a necessidade (exógena) de unificação ortográfica da língua estabelecida, sobretudo, entre Brasil e Portugal, para reconhecimento de Portugal como membro daquele conglomerado geopolítico e econômico.

1 História da Ortografia da Língua Portuguesa

O latim deu origem à língua portuguesa. Contudo, entre os séculos IX e XII, já eram percebidas palavras portuguesas, isto é, a presença dialetal do galego-português em alguns textos escritos em latim bárbaro. Mas, é no século XII que os documentos são totalmente elaborados na língua portuguesa, que se dissociou do galego-português, com o passar do tempo, consolidando-se como a língua oficial do império lusitano, o Português. E, a partir das expansões marítimas portuguesas, foi introduzido seu idioma, a língua portuguesa, no Brasil, por volta do século XVI (COUTINHO, 1971, pp. 56-57). No entanto, falamos um português diferente, embora não negue sua filiação. Temos características abasileiradas, o que nos torna diferenciados do português europeu.

“Sempre houve variações na ortografia portuguesa”. Após as conquistas em diversas regiões do mundo, manter-se invariavelmente imune seria tarefa difícil para Portugal administrar (COUTINHO, 1971, p.71). Vale salientar que a predisposição da ortografia portuguesa, inicialmente, era fonética, que por tal característica ocorreu a incidência de vários registros para a mesma palavra com variados grafemas, os quais serão abordados na sequência.

A ausência de um paradigma ortográfico contribuiu para que houvesse, tanto entre os autores quanto entre os usuários da língua portuguesa, dificuldades e bastante confusão à compreensão dos textos e, principalmente, na escrita de um usuário quando comparada a de outro. Por esses motivos, fez-se a necessidade de se interferir no modo de grafar, para padronizar a ortografia e, assim, facilitar sua compreensão, até alcançar um paradigma ortográfico gramaticalizado, sobretudo para a expedição de documentos emitidos a partir das chancelarias régias.

Por necessidade didática, dividimos em três partes os momentos históricos correspondentes aos períodos históricos da Ortografia da Língua Portuguesa. Para tanto, usamos a divisão apresentada por Coutinho (1971) e Pagotto (2007).

1.1 O Período Fonético

Coutinho (1971) aborda o início do período fonético, que se deu a partir dos primeiros documentos lavrados integralmente em língua portuguesa e durou até o século XVI. Por haver uma multiplicidade ortográfica na escrita das palavras, a qual inspirava cuidados de concepção fonética, os usuários representavam graficamente as letras (sistema linguístico latino) como se ouvia. Havia diferentes grafemas que representam o mesmo som, como o “s”, “z”, “c”, “ç” e o “x”, tomados aqui como exemplos. Cada sujeito os utilizavam, cada qual a seu modo, contribuindo, pois, para as confusões nos registros das palavras entre escassos usuários letrados da língua portuguesa. Com isso, usavam-se diferentes grafias com semelhança no som, na mesma palavra. Este fato marcou a instabilidade ortográfica da língua portuguesa. Este foi o período denominado como período arcaico da língua portuguesa.

Coutinho (1971) ressalta que os escritores daquela época, assim como os copistas, objetivavam deixar a leitura o mais acessível, aproximar a leitura da escrita. A língua escrita não tinha como alcançar a evolução da língua na oralidade, pois a língua está em constante movimento. Tais escritores, provavelmente, sejam os mesmos citados nestes tópicos.

1.2 O Período Pseudo Etimológico

No século XVI, inicia-se o período pseudoetimológico, estendendo-se até o período em que surgiu Gonçalves Viana, com seu livro *Ortografia Nacional*, em 1904. O período pseudoetimológico considerava o máximo possível a origem das palavras, a partir de sua etimologia.

Diferentemente do período fonético, no pseudoetimológico, havia um certo cuidado por aqueles que eram mais comprometidos com a etimologia das palavras, porque representavam as palavras com seus grafemas supostamente greco-latinos. Acerca da adoção etimológica, de acordo com Pagotto (2007, p. 44), só um grupo restrito atingiria sua totalidade, isto é, a escrita daquele período, na convenção histórica do étimo latino ou grego, pois nem todo sujeito poderia ter êxito com a escrita do período etimológico, uma vez que não tinha aptidões com as letras e com a cultura erudita, pois ela era restrita apenas

à elite, ou seja, à nobreza e aos Clérigos, mas, aos poucos, a insipiente burguesia passava também a dominá-la.

Pagotto (2007, pp. 36 -38) ressalta que o advento da imprensa e da literatura em língua portuguesa, associada à falta de uma política linguística para o registro ortográfico, provocou uma desordem generalizada entre seus utentes, atravessando do século XVI a todo século XIX, sem que houvesse um momento pacífico para os registros de ordem etimológica. É no século XIX que a Europa presencia a disseminação da escrita e, conseqüentemente, a necessidade de se incorporar regras mais rígidas para a escrita.

A escrita, agora (Séc. XIX), circula em forma de mercadoria, com livros de ordem variada. Assim, inicia-se o processo de universalização da educação com a escrita em circulação como forma de mercadoria (livros, jornais) (PAGOTTO, 2007, p. 37). Esta nova forma de mercadoria necessitava, e ainda necessita, de um elevado contingente de leitores para assegurar e expandir o mercado editorial. Todavia, a escrita do século XIX ainda era bem restrita. Não diferente para Portugal, era preciso resolver tal impasse: estender o conhecimento da escrita era, a um só tempo, o investimento necessário para a criação de novos consumidores de livros e jornais. Logo, havia uma necessidade econômica que exigia que a escrita não fosse mais restrita à burguesia, pois agora vários suportes de textos (livros e jornais) circulavam como mercadorias prontas para serem consumidas.

Nossa memória passa pela oralidade, uma vez que a Língua Geral, o tupi, foi, por longo período, a língua predominante da colônia. Não há como equiparar os fatos linguísticos de Portugal e Brasil, uma vez que a língua geral não teve uma escrita legitimada como teve a língua lusitana. (ORLANDI, 2002, p.28). Estas são questões que explicam, provavelmente, as dificuldades que tinha grande parte dos brasileiros com a aquisição do Português como língua do dia a dia até meados do século XVIII e, não menos importante, com o domínio de sua norma culta até os dias atuais.

Pagotto (2007, p. 39) nos lembra que o Iluminismo, em grande parte, foi decisivo para que o Estado Absolutista, com a figura do Marquês de Pombal, expandisse a escrita às colônias portuguesas, obrigando o estudo do Português, do Latim e do Grego e proibindo qualquer prática de uso da Língua Geral. Agora, o Estado português preocupava-se com a gramática da língua de tal modo que reservou inúmeras legislações sobre os estudos do Idioma Português em todo domínio lusitano. Deveria, portanto, o Estado impor e padronizar a língua nas colônias.

Na condição de colônia, a situação no Brasil, no que se refere à escrita, foi bem diferente que a de seu colonizador. A disseminação da escrita foi ainda mais restrita, uma vez que nem todo sujeito de posses era íntimo da escrita (PAGOTTO, 2007, p. 38). Com efeito, a História da língua portuguesa falada no Brasil é diferente da História da língua portuguesa falada na Metrópole e isso traz interferências para a noção de registro da língua.

Na sequência, destacam-se os pensamentos de Orlandi (2007), Guimarães (2007) e Mariani (2007) que, em sintonia, apontam para o fato da unificação linguística pretendida, contraditoriamente, separar os indivíduos e isolar as comunidades, as quais pretensamente sugere tornar uma única comunidade.

1.3 O Período Simplificado

O período simplificado da ortografia da língua portuguesa corresponde à publicação do livro do foneticista Gonçalves Viana *Ortografia Nacional*, de 1904, mantendo-se até os dias atuais. Há dois princípios que ele determinou simplificador: o português e o luso-brasileiro, ambos com a inclinação a não utilização dos símbolos etimologicamente gregos: “*th*”, “*ph*”, “*ch*” (com som de *k*), “*rh*” e “*y*”; a evitar as consoantes dobradas (geminadas), com exceção do uso do “*rr*” e “*ss*” mediais, intervocálicas e com valores próprios. Também aboliu as consoantes mudas: *septe*- *sete*, *sancto* – *santo*, e procedeu-a à normatização do acento gráfico (COUTINHO, 1971, pp. 72-79). Ora, ainda não havia uniformidade para a ortografia do português, até mesmo na escrita de célebres escritores da Literatura de Língua Portuguesa. Eles escreviam diferentemente uns dos outros por causa de seu cabedal intelectual, repleto de latinismos e helenismos ao gosto de sua mais fina e educada formação erudita.

Coutinho (1971, p. 77) enfatiza que a ausência de padrão ortográfico entre os autores contribuiu, sem dúvida, à falta de compreensão das pessoas para determinados ambientes gráficos, ocasionando sérios problemas de registro. Logo, surgiu a necessidade de uma padronização na escrita, para acabar com as tais confusões. Por causa desse entendimento, aborda Coutinho (1971, p. 77) que alguns estudiosos, dentre eles, Morais e Castilho, uniram-se em favor de sua regulamentação. No entanto, não lograram êxito.

Houve bastantes embates travados até à adoção da ortografia oficial portuguesa. De um lado, a corrente etimológica divergia dos partidários da corrente sônica acerca do princípio norteador adotado ao sistema ortográfico, com críticas às variações das palavras,

com as quais, de acordo com a corrente etimológica, a corrente sônica contribuía. Por outro lado, a corrente sônica rebatia as críticas, argumentando que seus princípios, por eleger um padrão na pronúncia, favorecia às massas, por considerar a forma mais simples de acesso à alfabetização, enquanto os partidários da corrente etimológica elegiam princípios que apenas alcançavam uma classe restrita, ou seja, era voltado à elite (PAGOTTO, 2007, pp. 40-41).

Pagotto (2007), ainda, ressalta que o discurso produzido pelo colonizador, às bases da Unificação Ortográfica oficial da Língua Portuguesa, a qual proferia a facilitação tanto da leitura quanto da escrita, nada mais era que uma forma lusitana de perduração na história, com o pretexto de unificar-se e unificar suas ex-colônias.

A partir desta afirmação, evidencia-se que tais bases trazem bastante contradição, pois o interesse em jogo é outro, ou seja, seria o de perpassar sua língua à história, demonstrando, pois, que não seria a Unificação Ortográfica um mero processo facilitador ao ensino da escrita e o da leitura. Tais procedimentos são políticos, com ideologia que é produzida a partir de um determinado campo de interesse político e econômico particular.

A partir do Romantismo, emergiu um novo surto etimológico não originário do latim, mas do francês, por ser considerada a língua de maior prestígio da época (COUTINHO, 1971, p. 76). Em virtude da influência dessa nova língua na base do pensamento linguístico da língua portuguesa, Mariani (2004, p.22) afirma que:

O português que se passou a falar aqui (no Brasil, por exemplo) traz uma memória europeia, mas historicizou-se de modo diferente em função do contato com as demais línguas e em função da própria formação histórico-social e posterior transformação política da colônia em nação independente.

Ainda de acordo com a autora supracitada, não se pode negar as raízes da língua lusitana em nosso português brasileiro. No entanto, pode-se fazer distinções entre ambas, do ponto de vista estrutural e gramatical. Em Portugal, palavras com vogais átonas possuem som aberto, já no Brasil o som é fechado. A autora aponta os motivos que as tornam tão diferenciadas uma da outra: o contato com outros povos e línguas, adicionado ao desejo de independência dos brasileiros, de instituir sua própria língua, aflorado pelo movimento romântico, a partir de sua independência de Portugal (1822). Esse distanciamento, cada vez maior entre colonizador e colonizado no tocante à escrita, posteriormente suscitará a unificação linguística entre Portugal e Brasil.

A influência do latim na língua portuguesa torna-se mais acentuada durante o século XVI. Daí, os primeiros tratados acerca da ortografia começaram a surgir. Os autores

Pêro de Magalhães e Gândavo publicaram a obra *Regras de escrever a ortografia da língua portuguesa*, em 1574. Em 1576, Duarte Nunes do Leão traz para língua portuguesa a sua obra *Ortografia da língua portuguesa* (COUTINHO, 1971, p. 75).

Álvaro Ferreira de Vera, no século XVII, surgiu com a sua publicação *Ortografia ou modo para escrever certo na língua portuguesa*; João Franco Barreto lançou também a sua ortografia, intitulado de *Ortografia da língua portuguesa*. Madureira Feijó, no século XVIII, trouxe também a sua contribuição: *Ortografia ou arte de escrever e pronunciar com acerto a língua portuguesa*; e do autor do *Compêndio de ortografia, Monte Carmelo* (COUTINHO, 1971).

É, portanto, a partir da mobilização destes autores, em torno da língua que emergiram novos vocábulos, latinos, para o léxico e os já existentes passaram por mudanças etimológicas. Como exemplo, temos essas palavras: *digno*. *Benigno*, *maligno*. Antes, porém, tais palavras eram pronunciadas e, assim grafadas: *dino*, *benino*, *malino*. Pode-se encontrar essa forma de escrita nas obras do autor português, Camões (COUTINHO, 1971, p. 76).

A falta de entendimento que havia entre as pessoas, naquela época, no tocante à escrita, acontecia pelo fato de não ser conhecida a origem das palavras, as quais eram grafadas diferentemente, até mesmo pelos escritores consagrados da época. Isto contribuiu para insegurança dos leitores, quanto à forma correta de pronunciar a palavra. Tal confusão exigia conhecimentos linguísticos, versando as divergências entre oralidade e escrita. A desordem ortográfica suscitava uma simplificação, viabilizando a utilização de todos. Iniciou-se, pois, o processo unificador da língua portuguesa, mas sem a presença dos linguistas brasileiros. Este fato será destacado no tópico seguinte.

O convívio da língua portuguesa com uma infinidade de povos, costumes, crenças, regiões distintas, hábitos linguísticos e suas instituições sociais, foram decisivos às variações na língua portuguesa (COUTINHO, 1971, p. 58). Tais processos colonizadores justificam as variações dialetais existentes entre as comunidades dos países de língua portuguesa (CPLP).

2 Breve Histórico dos Acordos Ortográficos da Língua Portuguesa

De acordo com Bechara (2008, p. 75), as tentativas de aperfeiçoamento dos sistemas convencionais ortográficos, tanto de Portugal quanto do Brasil, não são de agora, até que se cheguem aos resultados esperados.

Foi a partir do século XX que a tradição etimológica deu lugar ao sistema simplificador fonético, em que a realidade da pronúncia encontrasse, na escrita, o mais próximo possível da dicção, como vimos no tópico anterior. Salienta-se que não há perfeição em nenhuma ortografia, portanto, não é possível uma alteração completa. Há tentativas de aproximar, unificar as ortografias, sabendo que não haverá um aperfeiçoamento total (BECHARA, 2008).

O autor relata sobre a relevância para o início dos passos constituintes para um sistema ortográfico, fundamentado cientificamente, concernente à 1885, assim, como as bases ortográficas de Gonçalves Viana e do sanscritista Vasconcelos de Abreu, com *Ortografia Nacional*, em 1904, em Lisboa. Abordaremos sobre este assunto mais adiante.

As duas instituições envolvidas na Reforma Ortográfica da Língua Portuguesa, Academia Brasileira de Letras e Academias das Ciências de Lisboa, entram em consenso, com as bases do Acordo de 1930, que foi uma iniciativa da Academia Brasileira de Letras, tendo aceitação da Academia das Ciências de Lisboa, em março de 1931. Logo, as duas instituições elaboraram os seus vocábulos: em 1940, Portugal e o Brasil, três anos após. Contudo, ambas as instituições observam que havia divergências acerca do acordo. Para esta unificação, Portugal propõe nova data: o Acordo de 1945. Mas esta proposta atendia exclusivamente às necessidades ortográficas lusitanas. Assim sendo, o Brasil não poderia aceitar e não o fez. Permaneceu, portanto, com as bases estabelecidas de 1943. Logo, tanto Portugal quanto as comunidades africanas ficaram com as bases de 1945.

A partir daí, ocorreu a divisão entre os dois sistemas oficiais de Brasil e Portugal. Mesmo assim, as instituições envolvidas não desistiram de chegar a um consenso em que as duas ortografias fossem unificadas. Anos mais tarde (1969), na cidade de Coimbra, apresentam-se novas propostas para simplificação ortográfica da língua, entre os dois principais países da CPLP, Brasil e Portugal.

As duas Academias, no ano de 1975, elaboraram um texto que amenizaria as diferenças referentes às bases de 1943 e 1945, em que o Brasil não era beneficiado igualmente a Portugal, que por motivos políticos não logrou êxito. Mas, é no ano de 1986, que, finalmente, reuniram-se no Brasil, com iniciativa do Presidente da República Federativa do Brasil, José Sarney, com os representantes dos países da CPLP, os processos para O Novo Acordo da Língua Portuguesa (BECHARA, 2008).

Sempre houve embates, quando o assunto era sobre Acordo Ortográfico, e, em 1986, com as bases para o início do processo de Unificação Ortográfica entre Brasil e Portugal não foi diferente. Em Portugal, tanto intelectuais quanto políticos e usuários da

língua foram desfavoráveis. Em 1990, estava previsto que O Novo Acordo da Língua Portuguesa entraria em vigor em 1º de Janeiro de 1994, com ratificação dos membros envolvidos. Mas, apenas Portugal, em 1991, Brasil, em 1995, e Cabo Verde ratificaram.

Houve algumas modificações em 1998 (Julho) para validação do Novo Acordo, aprovado pelo Brasil, Portugal e Cabo verde. Em 2004, uma segunda modificação foi elaborada pelo Brasil, protocolada neste mesmo ano, em que apenas com a adesão de três países lusófonos: Cabo Verde, em 2005, São Tomé e Príncipe, em 2006, seria o bastante para o Novo Acordo vigorar. Foi efetivada a validação à Unificação da Língua Portuguesa com a ratificação lusitana, em 2008, para O Novo Acordo da Língua (BECHARA, 2008, pp. 78-79).

2.1 O Brasil ficou de fora na primeira reforma da Língua Portuguesa

As complexas controvérsias em torno da ortografia, as quais contaram com um crescente movimento de grupos organizados, foi até o século XIX. Este movimento legitimou a ortografia oficial de Portugal, no início do século seguinte. Para isso, os princípios norteadores para ortografia oficial em Portugal foram os dos foneticistas Gonçalves Viana e Vasconcellos Abreu (1885), em 1911. Tais princípios foram essencialmente decisivos para implantação do sistema ortográfico, tanto em Portugal quanto, posteriormente, no Brasil (PAGOTTO, 2007, pp. 39-41).

Logo, foram estes os responsáveis, com suas ideias, as quais foram aprofundadas e que, posteriormente, originaram a primeira reforma ortográfica, promulgada em 1911. Houve, contudo, um grande equívoco político, que se deu através da não inclusão do Brasil. Tal reforma resolveria questões existentes em Portugal. No entanto, as diferenças permaneceram entre Portugal e o Brasil (BECHARA, 2008, p.76).

A dualidade ortográfica nos dois países inviabilizava o intercâmbio literário, além da incompreensão dos usuários. Partindo do propósito de solucionar essa problemática ortográfica, as instituições culturais dos dois países, Academia Brasileira de Letras (ABL) e Academia das Ciências de Lisboa (ACL), decidiram promover a Unificação Ortográfica, ratificada pelo Governo Brasileiro que, posteriormente, passou a ser obrigatória (COUTINHO, 1971 p.79). De acordo com o autor, pode-se encontrar falhas que geram precedentes, mas que foram cruciais para a simplificação na grafia. Para tal, ressalta Bechara (2008, p. 75), foi necessário sair da tradição etimológica, a qual era bastante rígida, para um sistema fônico simplificado, pela sua compatibilidade entre escrita e

pronúncia. A simplificação acontece pela desigualdade na língua escrita, fato este que se explica a partir do contato da língua portuguesa com outros povos.

Sabe-se que as tentativas que envolvem a Unificação Ortográfica entre Brasil e Portugal repercutiram ao longo do tempo, entre acordos e desacordos, até o processo envolvendo O Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1986/1990.

2.1.1 As influências na Língua Portuguesa: a língua indígena e africana convivendo com o português brasileiro

Apesar da língua portuguesa implantada aqui no Brasil, essa esteve, em um dado período, em segundo plano. Foi a língua indígena, o tupi, língua geral da colônia (COUTINHO, 1971, p. 322) que teve forte predileção, até mesmo entre as famílias paulistanas, como atesta Vieira:

É certo que as famílias dos portugueses e índios de São Paulo estão ligados hoje umas com as outras que as mulheres e os filhos se criam mística e domesticamente, e a língua que nas ditas famílias se fala é a dos índios e portuguesa a vão os meninos aprender à escola [...]. (COUTINHO, 1971, p 322).

Este convívio teve como resultado a abrangência da língua geral (tupi), que tomou parte da colônia, ameaçando a língua europeia, a Língua Portuguesa (LP), culminando, portanto, no decreto pombalino, que obrigava a utilização da Língua Portuguesa em toda colônia, silenciando o tupi.

A língua geral expandia-se graças à intervenção jesuítica, já que tinha a incumbência de catequizar os indígenas. Era necessário, pois, que os catequistas conhecessem, antes, a língua dos catequizandos, senão, não haveria sucesso na comunicação entre eles. Para tanto, precisaram, os jesuítas, estudar a língua dos índios. Tornaram-se, pois, muito íntimos dessa língua, tanto que elaboraram uma gramática e um dicionário (COUTINHO, 1971, p.322).

A língua tupi foi desdobrada entre os séculos XVI e XVII, com mais rapidez em virtude dos guias dos bandeirantes que, para desbravar os sertões brasileiros, careciam de quem conhecesse bem as terras, neste caso, os índios. Mas para uma boa comunicação, os bandeirantes, inicialmente, precisavam saber a língua dos negros da terra.

A supremacia dessa língua (tupi) data-se até o século XVII, no interior de São Paulo, Rio Grande do Sul, Amazonas e Pará. Até o século XVIII, *o idioma português dava*

lugar ao tupi, mas contra sua vontade. De acordo com Coutinho (1971), *de cada quatro pessoas, encontravam-se três que se exprimiam na língua geral*. Nota-se, portanto, que até este período, em virtude da expansão do tupi, ela era a língua predominante no Brasil colônia.

Com a hegemonia da língua geral, obviamente, a língua portuguesa ficou em desvantagem, em segundo plano, suscitando providências do governo da metrópole, que autorizou o aprendizado ao indígena na língua portuguesa. Angariando a inversão, a língua portuguesa retoma seu domínio, com a expulsão definitiva dos catequistas dos índios, os jesuítas, das terras brasileiras, tornando obrigatório o idioma lusitano (COUTINHO, 1971, p. 323). A esse respeito aborda (MARIANI, 2004, p. 33) que:

A língua portuguesa, instituição da nação portuguesa, foi institucionalizada na colônia, ou seja, foi necessário um ato político-jurídico [...] Diretório dos Índios - para institucionalizar, oficializar de modo impositivo que era essa, e apenas essa, a língua que deveria ser falada, ensinada e escrita, exatamente nos moldes da gramática portuguesa vigente na Corte. (MARIANI, 2004, p. 33)

Mariani (2004) relata que, para que se tenha o controle do poder, o colonizador estabeleceu uma lei que obrigava a utilização de uma língua, a língua portuguesa, e essa dominação dá-se através da língua utilizada pelo colonizador. Com a institucionalização do português, obrigatória em toda colônia, proibiu-se o uso geral da língua indígena na colônia. Ela existe, até hoje, nas comunidades indígenas. O Diretório foi crucial para harmonização entre Portugal e a colônia, devolvendo a Portugal sua supremacia diante de seus colonizados.

Após a convivência dos índios com os portugueses, surgiram os negros, de várias partes da África, que também passaram a influenciar a língua da colônia, e o faz até os dias de hoje. Das muitas línguas trazidas pelos negros, destacou-se o grupo banto, influenciando mais uma vez a língua portuguesa, pois o grupo de língua banto se destacava entre os outros, em quantidade e em número de falantes, trazidos para o trabalho escravo da colônia (COUTINHO, 1971, p. 324).

3 Pensando as Políticas Linguísticas no Brasil

A Política Linguística Brasileira foi engendrada em defesa das línguas minoritárias, ou pelo menos este é o discurso. Esse, pois, é o discurso do Estado. Sabe-se que os processos que envolvem a Política Linguística (PL) no Brasil sempre suscitaram

polêmicas e bastantes discussões entre falantes/comunidades no país, até mesmo entre estudiosos da área.

Pagotto (2007, pp. 46-50) aborda que é através da Política Linguística que se fala em universalização da educação; cria-se o sistema de acentuação gráfica, desnecessariamente, para quem conhece o léxico da língua. Na verdade, a implementação deste sistema é uma forma de segregação, por dividir as classes em: os cultos e os incultos, visto que em outros países não há adoção do sistema gráfico: a exemplo do inglês e o alemão. Isso não os induz ao erro da pronúncia. Portanto, este seria um dos motivos que torna a Política Linguística no Brasil contraditória, de acordo com o autor.

Ainda de acordo com o autor, o sistema gráfico foi constituído para os sujeitos incultos, visto que, antes, os instrumentos linguísticos, dicionários, gramáticas, etc., eram voltados para elite culta e a nobreza, que não deslizavam na pronúncia, com a ausência do sistema gráfico, acentuação das palavras átonas. É na aplicação de tal sistema que reside a contradição manifesta nas ações da Política Linguística. Ora, a norma da língua, antes, lançava-se a uma minoria da elite, que, portanto, já estava internalizada.

A *Política Linguística no Brasil* são escolhas, intervenções do Estado, que precisam de leis para apoiar-se juridicamente e, geralmente, são repressoras. Ela afeta diretamente a língua escrita, promovendo apenas uma língua, a portuguesa, em detrimento de outras tantas línguas, as minoritárias. Um país como o Brasil, em que há uma diversidade linguística, ou seja, temos um multilinguismo, mas apenas uma língua é oficial.

As questões que envolveram a língua nacional no Brasil foram iniciadas a partir das injunções Pombalinas (proibição da língua geral no período colonial, que foi o uso em massa da língua geral, o tupi) e, anos depois, sequenciadas pelo então presidente Vargas, que chegou a vetar qualquer outra língua que fosse utilizada no Brasil, impelido a usar a língua oficial do país, o português. Essa ação injuntiva, ideologicamente, elege apenas um poder, uma língua a ser aprendida e utilizada no Brasil, o idioma português (PAGOTTO, 2007, p. 35). Tal ideologia, adotada pelo Estado, contribuiu decisivamente para o apagamento das línguas que os sujeitos conviviam desde sua historicização linguística, durante e após a colonização do Brasil. Dá-se, pois, início à centralização e hegemonia do Estado/colônia. A língua em uso precisa ser a mesma daquele que administra o Estado. Isto é, uma questão de política linguística, injunções.

Conforme Orlandi (2007, p. 07-08), há um jogo ideológico por trás da *Política Linguística no Brasil*. Essa temática transmite uma ideia de inserção linguística, mas é

justamente o contrário, haja vista que ela não organiza as línguas/variedades, mas exclui as demais, em prol de uma única língua, a língua portuguesa e, nela, a norma culta.

3.1 Políticas de Línguas: são escolhas e intervenções do Estado

Orlandi (2007, p. 08) destaca que a política linguística intercruza o espaço político e social, interferindo na vida dos sujeitos; à constituição histórica e social, intervindo na maneira do sujeito considerar a língua, com base na ação/intervenção do estado, por sua organização. A língua é, para a autora, “um corpo simbólico político, um encadeamento indissociável do sujeito em sua vida social e histórica”. Considerar essa correlação é ter em mente que a política linguística é quem institui e corrobora a língua e, por ser quem possui tal poder, manipula, estabelece e impõe, fixando paradigmas e seu modo de acesso.

Guimarães (*apud* ORLANDI, 2007, p. 09) faz uma reflexão sobre a Política Linguística Brasileira, em consonância com Orlandi (2007), quando ele afirma ser, tal política de língua, um modo de segregação aos sujeitos usuários da língua. Portanto, vemos aí um jogo de contradição no discurso que o Estado profere, quando diz que seria a forma de unificação da escrita, mas, na verdade, seria mais um modo de dividir os sujeitos, uma vez que determinada, pelo Estado, uma língua oficial brasileira, ficam-se às margens comunidades e as demais línguas. De um lado, os que põem em prática os instrumentos linguísticos do idioma, do outro lado, os que não se adequam, sendo esses, excluídos pelo Estado.

Mariani (2007, p. 85) afirma que tais políticas linguísticas configuram, nada mais, que uma maneira de expandir o idioma colonialista, uma vez que é elevada a língua portuguesa, mundialmente, em detrimento das demais línguas (minoritárias) das ex-colônias de Portugal. Apagam-se, no imaginário, as línguas indígenas, regionais, de migração etc, enquanto a língua portuguesa ruma para status de uma das línguas mais faladas no mundo.

Guimarães (2007, p. 65) aborda sobre a chegada da colônia portuguesa, a qual se deparou com a língua *tupi* (língua geral da colônia por longo período), utilizada pelos índios, negros e portugueses. Foi, após o século XVIII, que o colonizador exigiu a descentralização da língua geral à centralização da língua da Coroa (língua portuguesa europeia), tornando o português língua nacional após a independência. Comungando das mesmas ideologias que Orlandi (2007) e Mariani (2007), o autor também não nega as raízes do português europeu no português brasileiro, mas os distingue, enfatizando que o Brasil possui especificidades e peculiaridade em sua língua nacional. Desse modo, o autor reflete à concepção desta

narrativa, que seria o desconhecimento das relações políticas envolvidas, na construção linguística dos sujeitos brasileiros.

Rodrigues (2007, pp. 11-12) ressalta que pensar as Políticas Linguísticas é, principalmente, pensar as imposições do Estado concernentes à Língua escrita. É pensar no apagamento das línguas indígenas, africanas e de imigrantes. É, portanto, pensar em exclusões/inclusão de língua e suas formações sociais, em que os indivíduos se inserem e se definem através do contexto histórico/social e simbólico, legitimando-se. Por relacionar outras questões/sentidos, segundo a autora, a Política Linguística torna-se bastante contraditória. Uma política que discursa acerca da inclusão, mas, ao mesmo tempo, exclui uma infinidade de línguas, gera muitas contradições.

3.2 Gramatização Brasileira: a descolonização linguística e da autoria

A partir da gramatização do português brasileiro, no século XIX, afirma Orlandi (2007, pp.53-54), foi delineada uma política linguística na época, sem contradições, de acordo com a historicização dos sujeitos brasileiros. A posição, aqui assumida pelo gramático (saber linguístico), refletiu, além do saber gramatical português, o saber historicizado dos sujeitos aqui do Brasil.

Com a autoria da gramática no Brasil, passamos a ser autônomos do nosso saber linguístico, desvinculado de Portugal. São inegáveis as raízes que têm nossa língua do português europeu, mas também sabemos que o espaço aqui é outro, a historicização é outra, obviamente, portanto, temos nossas próprias peculiaridades. Logo, nosso saber linguístico também é distinto. Na concepção de Orlandi (2007), não falamos o português europeu, e, sim, *o português brasileiro*. Diante da ideologia da autora, não falamos a mesma língua, muito embora tenhamos filiações. No entanto, a língua é dinâmica e contínua, não é a origem que significa, mas a sua historicidade com seu dinamismo.

Orlandi (2007, p 55), assinala que a gramatização do português brasileiro instituiu a cidadania brasileira com toda sua inerência peculiar, emancipando distintamente o seu saber linguístico, o sujeito político/social, assim como suas instituições.

As gramáticas, antes, tinham função de atribuir formas aos limites identitários do Brasil, mas a partir da institucionalização do Brasil com a sua língua, surgiu a necessidade de representação da sociedade, de instituir faculdades, representantes da cientificidade, uma vez que a escola já não estava mais dando conta do saber, a necessidade era ir além. Neste

momento, os gramáticos têm função, apenas, de separar os que sabem daqueles que não sabem a língua corrente.

Surgem várias gramáticas, as quais não são as autorias levadas em consideração, mas as diversas e distintas instrumentações linguísticas, entre descritivas e analíticas. Com isso, inicia-se o processo de apagamento daquilo que a autoria de gramática brasileira tinha efetivado no século XIX, que consolidava paralelamente a língua e o Estado, dissociado de Portugal, peculiarmente brasileiro. Sabe-se que tudo aquilo que contém regras, tem, também, exclusões. Logo, uma gramática descritiva divide os sujeitos escolarizados dos não escolarizados.

Com a implantação da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), em 1955, o Estado brasileiro autoriza a desautorização dos gramáticos. A língua nacional do brasileiro passou às mãos do Estado, através de suas normas. Se, com o início da gramatização, tínhamos a separação entre portugueses e brasileiros, realizada pelos gramáticos, agora, temos as ilhas entre indivíduos do mesmo país, isto é, as regras passaram a separar brasileiros entre si. Politicamente, estamos diante de outros contornos, no que toca ao conhecimento gramatical, comparados aos ganhos que tivemos no século XIX. De acordo com a autora, este foi um retrocesso absurdo. Ela, ainda, enfatiza que uma gramática, que possa suprir/representar a relação sujeito/língua, ainda está por ser elaborada. A política linguística que começa a surgir, a partir daí, as políticas de exclusões, as quais temos até o momento.

Todavia, pensar a Política Linguística brasileira é pressupor exclusões linguísticas, que fazem parte da historicidade brasileira, desde o período colonial, assim como as outras línguas advindas de várias partes ao longo da história. É isolar comunidades/sujeitos (modo de segregação e preconceito) em prol de uma única língua, que obedece a um paradigma, de língua culta, a língua portuguesa. A partir desta análise acerca da Política Linguística no Brasil, percebe-se que ela se baseia quase inteiramente na adoção paradigmática à Norma Culta da Língua Portuguesa (NGB). Os gramáticos não possuem mais a autonomia de antes, a partir da instituição da mesma, deveriam, pois, atentar às demandas do Estado, no que toca à língua portuguesa; a relação sujeito/língua é o Estado que administra. Tal deslocamento trouxe o linguista à função de autoria da língua. “*O gramático, portanto, passou à função de guardião da língua, norma*” (ORLANDI, 2007, p. 56). Agora, é o Estado que possui autonomia de manipular e determinar a língua.

3.3 O Multilinguismo Brasileiro

No Brasil, antes do descobrimento (1500), já existiam centenas de línguas indígenas e, durante o processo colonizador, esta totalidade de falares (línguas) advinda de várias partes da Europa só acrescentava a multiplicidade de línguas, aqui, no Brasil. Isto não é inerente apenas ao Brasil como também a vários países, em que se adota uma língua oficial. Apesar da existência de tantas línguas no Brasil, além das línguas indígenas, regionais e outras, no entanto, o Estado elegeu o idioma português como sua língua oficial, ou seja, a língua do seu colonizador (ORLANDI, 2007, p. 59).

Faz-se necessária aos Estados/Nação a adoção de uma unificação, imaginária, uma língua oficial que represente o país. Esta é uma questão do(s) Estado(s) em que a teoria política se difere. Em alguns países, tem-se mais de uma língua oficial, como por exemplo, no Paraguai, que tem o guarani como língua oficial, além do castelhano, na Suíça, etc.

A partir do século XX, a(s) língua (s) centraram-se na ideologia do multilinguismo, assim como as línguas minoritárias, contrariando a ideologia do Estado, de unificação. O discurso no cerne da globalização gira em torno das tecnologias e da escrita, que circula sem fronteiras. Logo, a pretensão, diante desta Nova Era, é equiparar o sócio histórico às divergências, com a universalização do conhecimento, isto é, trazer todos ao cerne da mundialização. Percebe-se, portanto, que este discurso é um paradoxo. Sabe-se que nas relações internacionais apenas um poder encontra-se no topo da pirâmide, que, conseqüentemente, domina as demais línguas, impondo sua soberania, a língua inglesa.

Por isso, todos são dominados, não pelo multilinguismo, mas pelo monolinguísmo, o inglês. Para tal, ele possui subsídio para sua expansão dominante, sua língua. Podemos encontrar sujeitos sem o domínio de sua própria língua, mas que domina o *inglês*, ou, então, é excluído socialmente, porque não dizer mundialmente.

Orlandi (2007, p. 61) questiona que o discurso do(s) Estado(s) em prol do multiculturalismo/multilinguismo encobre a realidade, pois a defesa da língua/cultura seria uma forma de dominação da língua de poder, a língua inglesa. Para a autora, a contradição aí existente não é apenas interna, local/nacional: deixar às margens as línguas existentes em nossa própria pátria, em benefício de uma língua oficial/nacional, que se submete à língua trans – nacional, o inglês. É um jogo bastante incoerente: reconhecer a multiplicidade linguística local não significa estar inserido no multilinguismo histórico.

Considerar a língua em seu funcionamento é, antes de tudo, supor que ela se define a partir de várias práticas que o Estado a institui, no rol da ética, ao que tange intrinsecamente às políticas linguísticas gerenciadas, que ganham sentidos de uma noção/consciência linguística. A esse respeito ressalta Orlandi (2007, p. 08):

Se incluirmos em nossa reflexão a ética, que é inerente à questão da política das línguas [...], não podemos deixar de pensar que está ligada à ética a formação de uma consciência linguística. [...] Então a nossa questão é a questão da prática linguística, seja das línguas, seja do conhecimento e a 'consciência' linguística que elas produzem. Porque elas estão imbuídas, necessariamente, de um sentido ético. Política e ética não juntas se pensarmos os processos de significação.

Por conseguinte, a Política Linguística do Brasil entende a abrangência e indivisibilidade entre língua/sujeito/história, agindo politicamente e, coercitivamente. O Estado que exerce o poder, institucionaliza a língua, como também faz alterações, manipulações e proibições, engendrando certas práticas de utilização da língua de acordo com os seus interesses, mesmo que sejam essas práticas já existentes e absorvidas pelos sujeitos (ORLANDI, 2007, p.07). Isso ocorre com a política de línguas, concernente às minorias, quando estabelece mudanças na língua, em que oscilam desigualdades que fazem parte do contexto histórico e social.

4 Fundamentação para o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

No texto promulgado pelo Brasil, alegou-se como justificativa para esse processo a essencialidade à internacionalização da Língua Portuguesa. Para tanto, faz-se necessário que ocorra essa convenção, viabilizando a Unificação Ortográfica, surgida pelo fato de haver divergências na ortografia entre os dois países. Isto sempre ocorreu entre Brasil e Portugal, regra esta que fugia aos demais países, ou seja, só a língua portuguesa possuía duas ortografias oficiais. Com os debates aprofundados acerca do acordo, chega-se a conclusão que não poderia existir na Língua Portuguesa dualidades ortográficas, a lusitana e a brasileira (RITONDALE, 2012, pp. 15-16).

Com a simplificação, são válidas novas regras à grafia para todos os países que compõem a lusofonia, países que têm o português como língua oficial. Este seria um tratado em que os países lusófonos compartilhariam de um mesmo vocabulário, prescrito igualmente. De acordo com estatísticas, o português é falado por aproximadamente 240 milhões de pessoas, salientando que é língua oficial em pelo menos oito países, chegando ao patamar de sexta língua mais utilizada por todo mundo. É evidente que numa língua com essa proporção, uma reforma na ortografia não seria algo tão simples, mesmo que sejam consideradas, de certa forma, pequenas essas modificações. No entanto, trazem consequências que serão repercutidas em todo meio social e econômico. Das editoras às instituições de ensino, sabendo

que a escrita é essencialmente indispensável à vida humana, à historicidade e à sociedade (SILVA, 2014. p.16).

Após dois anos da adesão dos três primeiros países, iniciaram-se complexas discussões. No Brasil, em 2008, a aprovação às novas regras, no que se refere aos livros didáticos, estava em conformidade com o acordo, ao passo que em Portugal, ainda nesse mesmo ano, os portugueses conseguiram milhares assinaturas dirigidas ao parlamento, contrárias ao novo Acordo Ortográfico. Designada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), um ano depois, as formulações editoriais de acordo com o tratado, mas para entrar em vigor nas instituições de ensino fundamental até 2010 e, para 2011, no ensino médio (SILVA p.18).

Podemos notar que toda e quaisquer mudanças por menores que sejam atingem diretamente uma gama de questões e a sociedade como um todo. A questão, portanto, não é apenas de Unificação Ortográfica, mas, principalmente, econômica. Sabemos que esse processo suscita bastantes discussões, uma vez que mexe com a escrita, a qual fora aprendida desde a infância dos indivíduos. A ortografia do Brasil não é algo tão simples, pelo menos no prisma de várias pessoas, principalmente aquelas que não puderam concluir seus estudos. Conforme relata Ritondale (2012, p.17):

[...] que torne possível que as pessoas não se compliquem na hora de decidir por uma letra ou sinal gráfico. [...] nossa ortografia não é nenhum pouco simples, e o acordo não auxiliou muito a simplificá-lo, apenas tornou obrigatórias mudanças [...] interfere na vida de todos nós, brasileiros, que seremos os que mais se importarão com o acordo, já que somos a maioria esmagadora dos falantes do português, [...].

Dentre as modificações ortográficas, temos algumas palavras compostas, ou, que eram consideradas como tal, como é o caso das palavras: *paraquedas*, e seus derivados, *mandachuva*, que perderam a noção de compostos ao longo do tempo. A partir do vigor das novas regras, algumas palavras compostas mantiveram o uso do *hífen*, como em: *João-ninguém*, *guarda-noturno*, *amor-perfeito*, *guarda-chuva etc.* Essas modificações na utilização do hífen, que se manteve em *guarda-roupa*, *guarda-chuva* e os demais citados, são de mesma estrutura que *mandachuva* e *paraquedas*. No entanto, esses últimos são grafados sem o *hífen*. Portanto, em certos casos, ele foi abolido, enquanto em outros se manteve, mesmo sendo estruturas semelhantes. Tal fato contribui para ocorrências de equívocos por parte dos usuários da língua, na hora de grafar. Esse é apenas um dos exemplos que escolhemos, mas o leque é mais complexo. De acordo com Bechara (2008, p. 48), toda alteração na escrita, por

menor que seja, requer novas adaptações. Desconstruir conceitos internalizados para novas incorporações.

5 A Língua Portuguesa na era da Globalização: membro da União Europeia

Com a era da globalização, a questão linguística entre Brasil e Portugal e suas ex-colônias foi bem mais acentuada. Portugal tornou-se membro da União Europeia (UE), e precisaria unificar ao menos a escrita da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), já que na oralidade nada pode se fazer para sua homogeneização. Como forma de facilitar a língua de trabalho de Portugal, junto ao organismo Europeu (UE), este é um discurso eurocêntrico, com objetivo de aproximar os mercados editoriais, assim como as obras e documentos de ambos os países, quanto à compreensão entre as comunidas lusófonas etc.

A União Europeia (UE) elabora a institucionalização das comunidades europeias com objetivo da colaboração e cooperação no espaço europeu. Portugal seria incorporado neste bloco, tornando-se membro a partir de 1986, mas para este país ter voz/vez, Portugal necessitava de hegemonia, isto é, a unificação das comunidades falantes de seu idioma, em virtude da relevância dada ao número de falantes da língua, possibilitar, pois, a circulação de materiais textuais, unificar culturas e a escrita das comunidades; a disseminação do idioma para o mundo. Logo, não precisaria fazer traduções dos textos, diminuindo, pois, gastos com as traduções, por ser a única língua a existir uma dualidade na grafia. Motivo esse que impedia Portugal a ascender entre os demais países da UE (França, Alemanha, Reino Unido, Itália, até da Espanha) (REDONDO, 2008, pp. 01- 02).

Por ser considerado o português uma língua global, espalhada pelas várias comunidades (CPLP), intensificam-se os processos para garantir a simplificação da escrita entre a lusofonia, para propiciar o prestígio/reconhecimento da língua portuguesa na UE. O Novo Acordo da Língua Portuguesa é o meio que Portugal encontra para promoção e defesa da língua no mundo. Salienta-se que Portugal é o único falante do idioma português, inserido na UE, representando, portanto, um número pequeno dos usuários dessa língua, comparado ao total dos falantes em todo o mundo.

O português europeu (língua) faz parte deste organismo desde 1986, constituindo-se como língua de trabalho deste bloco. Ele está em contato diário com as demais línguas, que compõem a União Europeia, mas não é dispensável à tradução de seus documentos. Encontram-se problemas, mesmo após todos esses anos em que a Língua Portuguesa foi

incorporada neste bloco; são questões que dizem respeito à língua escrita, às quais dificultam a sua projeção efetiva internacionalmente (A FOLHA, 2007, p. 03). Sabe-se que, por haver divergências ortográficas, impede-se a compreensão dos membros participantes.

De acordo com A Folha (2007, p. 09), a Língua Inglesa, por possuir frases curtas, um léxico descomplicado, digamos assim, facilitador à sua tradução e compreensão, ocupa o primeiro lugar entre as línguas mais utilizadas, no mundo, além de ser destaque no referido bloco (União Europeia). O inglês, diferentemente da Língua Portuguesa, aplica regras de economia em seu léxico, orações (autônomas). Levando em consideração este discurso, percebemos que a Língua Portuguesa precisa desta simplificação para garantir a sua projeção no mundo. Mas também é evidente que o Brasil (a língua brasileira) ganha notoriedade, uma vez que este é inserido em blocos econômicos, como o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), importante mercado consumidor, e tem o português brasileiro, obrigatoriamente ensinado nas escolas dos países membro deste bloco, como é o caso do Uruguai e Argentina, mesmo que não seja língua oficial destes. Portanto, o grande número de falantes do idioma falado no Brasil, espalhados pelo mundo, subsidia Portugal a ser membro da UE. Enquanto o inglês, além de língua dominante, é primeira língua do bloco econômico, pois a Europa ficou lhe devendo favores, quando o ajudou a se reerguer, após a Segunda Guerra Mundial.

Conforme Redondo (2008, p. 17), com a instituição da CPLP, a língua portuguesa sai do campo periférico para centralizar-se à globalização. Sabe-se que a quantidade/unidade de falantes no mundo inteiro é decisiva para compor à língua portuguesa um lugar privilegiado entre as línguas de trabalho da União Europeia. A complexa consequência que o brasileiro tem com o processo, envolvendo a unificação ortográfica entre Brasil e Portugal é que, de acordo com Orlandi (2007), tem-se na historicização brasileira um “retrocesso”, pois o Brasil leva Portugal *nas costas*, uma vez que há mais usuários falantes do português brasileiro que usuários do português europeu.

Considerações Finais

Percebemos que o processo de uniformização da escrita, por envolver a vida de toda sociedade falante do idioma, suscita discussões acerca desses acordos, que trazem um discurso de projeção do idioma português internacionalmente, com o fim da dualidade na escrita, extinguindo as divergências da escrita, como também viabiliza a acessibilidade às obras literárias. Para Ritondale (2012), não resolve muita coisa; para Orlandi (2007), as

questões que envolvem a Política Linguística, resultante em processos de simplificação da escrita, servem para ilhar as comunidades, uma vez que, ao optar pela língua portuguesa, como língua oficial do Brasil, apagam-se outras tantas línguas, silenciando, marginalizando.

Evidenciamos que as Políticas Linguísticas, no Brasil, deveriam elaborar ações que valorizassem as línguas minoritárias, levando-se em conta a historicização do sujeito brasileiro e sua especificidade, visto que, em alguns países, como no Uruguai, há mais de uma língua oficial, na Suíça etc. Deveria, portanto, haver uma política de línguas voltadas não apenas à uma mundialização, mas que assistisse às necessidades históricas que respondem às condições de existência do sujeito/língua.

As mudanças na ortografia, que exigem uma reaprendizagem, ou, como cita Silva (2014, p. 16), em que Veríssimo e Andrade criticavam as mudanças na grafia, dizendo causar confusão mental e anarquia ortográfica. Logo, temos os prós e os contras. A importância da língua portuguesa conta decisivamente com a presença do Brasil, sem ele Portugal não pode muito. Salientamos que o Brasil é parte fundamental neste jogo. Ele não depende de Portugal para ascender. O Brasil possui sua própria autonomia. Não será fácil desconstruir para construir.

Buscamos materiais para aprofundar a questão da Língua Portuguesa na Era da Globalização, na União Europeia; mas a divulgação destes materiais, ainda, é bastante insuficiente, impossibilitando o subsídio para uma pesquisa mais aprofundada sobre o assunto. Há um discurso de Unificação entre as comunidades da língua, mas são questões políticas em jogo. Entendemos a necessidade de um padrão na língua portuguesa, para acabar com as confusões na escrita. É inconcebível a incompreensão entre utentes da mesma língua, principalmente. A unificação da ortografia é dicotômica: ela nem sempre é benéfica às diferenças culturais, isto é, quando é exigido alteração na rotina dos sujeitos, que precisam desconstruir um saber já internalizado para reaprender ou incorporar novas regras. Por outro lado, a unificação ortográfica é necessária para suprir as necessidades do sistema linguístico, ou seja, quando a língua é pensada enquanto sistema/patrimônio.

Abstract: The aim of this work is to contribute to the understanding of Portuguese Language users about the processes involved in Linguistic Policies in Brazil, as well as the Orthographic Agreements throughout History. We analyze the reasons that fostered such Orthographic Agreements between Brazil and Portugal, which consequently foreshadowed "Orthographic Unification" between the two countries. In order to have an understanding of the reasons, it is necessary to know the origin of our language, as well as the Orthographic History of the Portuguese Language, and also, if the Portuguese language, despite the contact with several indigenous languages, African among others, which resulted in the linguistic diversity of Brazil, has always been

hegemonic since its introduction on Brazilian soil. We sought to identify the interests behind the Language Policies concerning the Portuguese Language and the reasons why Brazil did not ratify other previous Orthographic Agreements, showing the reasons for such modifications in the spelling to generate so much controversy to the point of failure. But from the idea of Globalization and the official existence of the two orthographies, which in many respects do not coincide, there was a need for orthographic unification, contributing to the international prestige of the language, in addition to enabling the circulation of textual materials of varied order and, also, the dissemination of the language to the world. This research is justified by the need to understand the processes involving the changes in writing, linked to the ideologies present in Linguistic Policies and to what extent the Unification of the Portuguese Language can be beneficial or not for the language-speaking population. The method used in this research was the bibliographical one. The results suggest more attention by public policies to the linguistic heterogeneity of the country. In this way, the social islands existing in Brazil can be softened. We have taken some works from scholars: books, magazine and article, as source of our research and primary instrument for the analysis and, consequently, for the collection of data, among which: the works of Bechara (2008), Coutinho (1971), Marini (2004), Orlandi (2007), Silva (2014) and Ritondale (2012).

Key - words: Brazilian linguistic policies. Simplification of spelling. International prestige of the Portuguese language.

Referências

A folha. **Boletim da língua portuguesa nas instituições europeias**. nº 25 – Número especial – 2007.

BECHARA, Evanildo. **O que muda com o novo Acordo Ortográfico**. Rio de Janeiro: Nova Nova Fronteira, 2008.

COUTINHO, Ismael de Lima. **Pontos de gramática histórica**. 6. ed., 4. reimpr. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1971. 357 p. (Biblioteca brasileira de filologia; 4).

GUIMARÃES, Eduardo. Política de Línguas na Linguística Brasileira. Da abertura dos cursos de Letras ao estruturalismo. In: ORLANDI, Eni P. (org.) **Política Linguística no Brasil**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

MARIANI, Bethânia. **Colonização linguística**. Campinas, SP: Pontes, 2004.

_____. Quando as línguas eram corpos: Sobre a colonização Linguística na África e no Brasil. In: ORLANDI, Eni P. (org.). **Política Linguística no Brasil**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

ORLANDI, Eni P. **Política Linguística no Brasil**. (org.) / Campinas-SP, Pontes, 2007.

_____. **Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil** – SP: Cortez. 2002.

PAGOTTO, Emílio Gozze. O Linguista e o Burocrata: A Universalização dos Direitos e os Processos Normativos. In: ORLANDI, Eni P. (org.) / **Política Linguística no Brasil**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

RITONDALE. Claudionor Aparecido. **Reforma Ortográfica Do Português: Acordo ou Desacordo?**/ 1 ed. – Editora: Agbook, 2012.

REDONDO. João Victor da Costa. **Portugal e a lusofonia na União Europeia: uma janela para o mundo.** 2008.

RODRIGUES. Suzy Lagazzi. O Político na Linguística: Processo de Representação, Legitimação e Institucionalização. In ORLANDI, Eni P. (org.). In: **Política Linguística no Brasil.** Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

SILVA, Maurício. **O novo acordo ortográfico da língua portuguesa: o que muda, o que não muda/ 2.ed.-** SãoPaulo: Contexto, 2014.